

## **Professor critica “parcialidade” de livros didáticos do governo; MEC rebate**

O professor de geografia da Universidade do Paraná (UFPR) Luiz Lopes Diniz Filho criticou nesta terça-feira (24), em audiência pública na Câmara dos Deputados, o Programa Nacional do Livro Didático. Na avaliação dele, as publicações distribuídas pelo governo federal a alunos da educação básica mostram uma visão parcial da realidade.

Luiz Lopes argumentou que os professores, em geral, repassam informações existentes nos livros sem se darem ao trabalho de verificar a veracidade delas.

“O problema é que os próprios autores das obras estão convictos da correção de certas teorias, hoje anacrônicas, que vem sendo defendidas na Academia desde os anos 70, 80”, comentou. “Os docentes não checam os dados estatísticos no IBGE, por exemplo”, completou.

### **MEC**

Já o secretário da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Manuel Palácios, afirmou que o programa do livro didático existe desde a década de 1990 e o ministério é imparcial em relação às escolhas, que são feitas por instituições de ensino superior.

“São mais de mil professores que participam em todas as etapas de avaliação dos livros didáticos. O MEC é neutro nessa discussão”, explicou. Palácios acrescentou que todas as obras têm de atender às normas curriculares nacionais.

### **Doutrinação**

A audiência pública, promovida pela Comissão de Educação, discutiu possíveis casos de doutrinação ideológica nas escolas brasileiras.

O deputado Izalci (PSDB-DF), que sugeriu o debate, é autor de um projeto de lei (PL 867/15) que inclui, entre as diretrizes da educação, a proibição de professores utilizarem as aulas para impor ideias políticas ou religiosas.

“O objetivo principal é evitar o que está acontecendo hoje: a doutrinação ideológica e partidária dentro da sala de aula”, reforçou Izalci.

A proposta também determina que os docentes respeitem a opção dos pais de criarem seus filhos de acordo com determinada orientação religiosa e que “assuntos polêmicos” deverão ser tratados na escola de forma imparcial, com a apresentação das várias versões existentes.

### **Constituição**

Presente na reunião de hoje, Celso da Costa Franches, representante da Associação Nacional dos

Centros Universitários (Anaceu), destacou que as liberdades política, ideológica e religiosa devem ser garantidas nas escolas em qualquer nível. Para ele, qualquer atuação que desrespeite esses pilares é inconstitucional e deve ser punida.

O argumento foi compartilhado pelo coordenador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, segundo o qual a doutrinação ideológica é um abuso da liberdade de ensinar dada aos professores. "A sala de aula hoje é um local onde a Constituição não tem valor", criticou.

Por sua vez, o professor de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Bráulio Porto de Matos afirmou que a prática de impor ideologias está tão intrínseca nos cursos de pedagogia que nem é mais percebida pelos alunos da licenciatura, que, no futuro, se tornarão docentes.

**Fonte:** Câmara Notícias

**Data:** 23 de março